

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Santander S.A. - Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

 São Paulo, 23 de março de 2015
A Diretoria Executiva

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	31/12/2014	31/12/2013	Nota	31/12/2014	31/12/2013		
Ativo							
Ativo Circulante							
Caixa e Equivalentes de Caixa	38.18.c	259	4.193	38.18.c	259		
Aplicações Financeiras	4	335.678	259.394	4	335.678		
Contas a Receber		803	716		803		
Créditos Tributários - Correntes		19.074	17.702		19.074		
Outros Ativos Financeiros	9	10.542	218	9	10.542		
Outros Ativos		436	425		436		
Ativo não Circulante		640.408	634.179		640.408		
Depósitos Judiciais		114.543	115.863		114.543		
Créditos Tributários		45.128	57.610		45.128		
Correntes		551	8.154		551		
Diferidos	11.b.1	44.577	49.456	11.b.1	44.577		
Outros Ativos Financeiros	9	1.634	1.580	9	1.634		
Investimentos em Controladas e Empreendimentos em Conjunto	5	478.946	458.964	5	478.946		
Outros Investimentos		60	60		60		
Ativo Tangível	6	3	8	6	3		
Ativo Intangível	7	94	94	7	94		
Total do Ativo		1.007.200	916.827		1.007.200		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.							
BALANÇO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado							
	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2012		548.500	8.022	6.138	(30.823)	19.733	531.832
Plano de Benefícios a Funcionários (CPC 33)							
Dividendos Complementares	12.b			(6.138)			(6.138)
Lucro Líquido						301.313	301.313
Destinações:							
Reserva Legal	12.c		15.066			(15.066)	
Juros sobre o Capital Próprio	12.b					(27.900)	
Dividendos	12.b					(118.862)	
Reserva para Equalização de Dividendos	12.d			139.485		(139.485)	
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		548.500	23.088	139.485	(11.095)	(558)	699.978
Plano de Benefícios a Funcionários (CPC 33)							
Dividendos Complementares	12.b			(33.036)			(33.036)
Lucro Líquido						102.123	102.123
Destinações:							
Reserva Legal	12.c		5.106			(5.106)	
Dividendos	12.b					(86.964)	
Reserva para Equalização de Dividendos	12.d			10.053		(10.053)	
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		548.500	28.194	116.502	(11.653)	-	681.543
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.							

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2012						
Plano de Benefícios a Funcionários (CPC 33)						
Dividendos Complementares			(6.138)			(6.138)
Lucro Líquido					301.313	301.313
Destinações:						
Reserva Legal		15.066			(15.066)	
Juros sobre o Capital Próprio					(27.900)	
Dividendos					(118.862)	
Reserva para Equalização de Dividendos			139.485		(139.485)	
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	548.500	23.088	139.485	(11.095)	(558)	699.978
Plano de Benefícios a Funcionários (CPC 33)						
Dividendos Complementares			(33.036)			(33.036)
Lucro Líquido					102.123	102.123
Destinações:						
Reserva Legal		5.106			(5.106)	
Dividendos					(86.964)	
Reserva para Equalização de Dividendos			10.053		(10.053)	
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	548.500	28.194	116.502	(11.653)	-	681.543
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional, Reestruturação Societária e Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Contexto Operacional
A Santander S.A. - Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros (Santander Serviços), é uma sociedade constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada na Rua Amador Bueno, 474 - Bairro Santo Amaro - São Paulo - SP. É uma sociedade integrante do Conglomerado Econômico-Financeiro Santander (Conglomerado Santander) e tem por objeto social a prestação de serviços técnicos e administrativos com predominância de mão-de-obra de natureza não bancária e com a contratação de todos os ramos de seguros, de planos previdenciários e de títulos de capitalização.

b.1) Cisão Parcial da Webmotors S.A. (Webmotors) e Constituição da Webcasas S.A. (Webcasas)
Na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 30 de abril de 2013, foi aprovado a cisão parcial da Webmotors para a constituição de uma nova sociedade sob a denominação social de Webcasas S.A. A cisão parcial resultou na redução do capital social da Webmotors no valor de R\$24.500, sem cancelamento de ações, com base no acervo contábil de 31 de março de 2013. A cisão parcial teve por objetivo segregar os ativos relativos às atividades de comercialização de imóveis realizados através do "website" www.webcasas.com.br, das demais operações relacionadas à comercialização de veículos. Na constituição da Webcasas foram emitidas 24.500 ações ordinárias atribuídas integralmente à Santander Serviços (Nota 5).

b.2) Aquisição e alienação de ações da TecBan - Tecnologia Bancária S.A. (TecBan)
Em 21 de janeiro de 2014, a Santander Serviços adquiriu as ações de emissão da sociedade TecBan devedora pela Santusa Holding S.L. (Santusa), empresa controlada pelo Banco Santander Espanha, conforme Contrato de Compra e Venda celebrado entre as partes. A aquisição, correspondente a 20,82% do capital social da TecBan, foi autorizada pelo Bacen, nos termos da Resolução 4.062/2012, e efetivada em 27 de março de 2013 (Nota 5).
Em 14 de novembro de 2014, a Santander Serviços alienou 38.026.320 ações de emissão da TecBan, representativas de 1,01% de seu capital social, ao preço total de R\$5.588. Esta operação resultou em um prejuízo no valor de R\$1.075.

b.3) Participação da Investments PTY LTD (Carsales) no Capital Social da Webmotors
Foi celebrado no dia 21 de junho de 2013 um acordo tendo por objetivo a participação da Carsales no capital social da Webmotors (Operação), sociedade controlada pela Santander Serviços, pelo valor de R\$180.000. A Operação foi implementada mediante a aquisição, pela Carsales, de novas ações do capital social da Webmotors, que representam 30% do capital total. Em conformidade com o acordo de acionistas, o Banco Santander (controladora da Santander Serviços) e a Carsales passaram a compartilhar o controle. Essa transação gerou um ganho na Santander Serviços de R\$119.961 referente a variação no percentual de participação no capital social da Webmotors em razão do ingresso da Carsales no seu capital social e R\$169.775, referente ao reconhecimento do valor justo da participação indireta na Webmotors do Banco Santander no capital da Webmotors de 42,5% (60,65% referente ao investimento do Banco Santander no capital da Santander Serviços sobre 70,00% do investimento da Santander Serviços no capital da Webmotors). Conforme o CPC 36 (R3) - Demonstrações Financeiras Consolidadas, esses montantes foram registrados na rubrica "Resultado na Alienação de Ativos não Classificados como Ativos não Correntes Mantidos para Venda" (Nota 5).

A AGE da Webmotors de 7 de fevereiro de 2014, formaliza o evento de renúncia pela Carsales dos juros em favor do Banco Santander, que tinha direito no valor de R\$526,0, o qual foi convertido em aumento de capital na Webmotors, sem alteração na quantidade de ações emitidas. Na Santander Serviços foi reconhecido como ganho de capital o valor correspondente a sua participação na Webmotors no valor de R\$368.

c) Apresentação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras da Santander Serviços, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto com o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), correlacionado às Normas Internacionais de Contabilidade - The International Financial Reporting Standards (IFRS).
As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram aprovadas pela Diretoria Executiva na reunião realizada em 23 de março de 2015.
O resultado e a posição financeira da entidade estão expressos em Reais, moeda funcional da entidade e moeda de apresentação das demonstrações financeiras.
As diversas normas novas e revisadas emitidas pelo CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2014 não tiveram efeitos relevantes na aplicação no exercício corrente. A Administração da Santander Serviços também não estima impactos relevantes na aplicação das diversas normas novas e revisadas emitidas pelo CPC, que serão aplicadas nos próximos exercícios.

d) Estimativas Utilizadas
A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências ativas e passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas sobre a probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os resultados reais podem diferir dessas estimativas.
Essas estimativas, na qual foram efetuadas com a melhor informação disponível, são basicamente as seguintes:
• Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros;
• Provisão para perdas sobre créditos;
• Avaliação do valor recuperável sobre determinados ativos que não créditos (incluindo ágio e outros ativos intangíveis);
• Provisão com processos judiciais e administrativos e obrigações legais; e
• Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos.

2. Práticas Contábeis e Critérios de Apuração

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa
Caixa e equivalentes de caixa são considerados como caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias contados da data da aplicação e para atender compromissos de curto prazo.

b) Definições, Classificação e Mensuração dos Instrumentos Financeiros
i. Definições
"Instrumento financeiro" é qualquer contrato que dá origem a um ativo financeiro para a entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade.
"Instrumentos de patrimônio" é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.
"Derivativo financeiro" é o instrumento financeiro cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou rating de crédito), no qual o investimento inicial é muito baixo, em comparação com outros instrumentos financeiros, com resposta similar às mudanças dos fatores de mercado, e geralmente é liquidado em data futura.

As transações a seguir não são tratadas como instrumentos financeiros para fins contábeis:
• Participações em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto; e
• Direitos e obrigações em virtude de planos de benefícios para funcionários.

ii. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Mensuração
Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração.

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:
• Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado); essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de hedge;
• Ativos financeiros disponíveis para venda: essa categoria inclui os instrumentos de dívida não classificados como "investimentos mantidos até o vencimento", "Empréstimos e recebíveis" ou "Ativos financeiros ao valor justo no resultado" e os instrumentos de patrimônio emitidos por outras entidades que não sejam coligadas, desde que tais instrumentos não tenham sido classificados como "Ativos financeiros para negociação" ou "Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado";
• Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo. Esta categoria não inclui instrumentos de débitos classificados como "Investimentos mantidos até o vencimento", "Empréstimos e recebíveis" ou "Ativos financeiros ao valor justo no resultado", e instrumentos de patrimônio emitidos por entidade que não sejam coligadas desde que tais instrumentos não tenham sido classificados como "Ativos financeiros para negociação" ou como "Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado".

Resultados decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos no item ajuste ao valor de mercado no patrimônio líquido, com exceção das perdas por não recuperação consideradas como perdas permanentes, as quais são reconhecidas no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indicio de perda por não recuperação consideradas como perdas permanentes, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reconhecido para o resultado.

Empréstimos e recebíveis: essa categoria inclui ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e são avaliados para impairment (recuperação) a cada data de balanço.

iii. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Apresentação
Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:
• "Caixa e equivalentes de caixa";
• "Aplicações financeiras";
• "Depósitos judiciais";
• "Contas a receber";
• "Participações em empreendimentos conjuntos"; e
• "Outros ativos financeiros": inclui outros valores a receber com natureza de ativos financeiros não incluídas nas demais rubricas.

iv. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Mensuração
Os passivos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:
• Passivos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços, os derivativos financeiros não considerados hedge accounting e os passivos financeiros resultantes da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de venda ou empréstimos ("Posições vendidas"); e
• Passivo financeiro ao custo amortizado: demais passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento.

v. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Apresentação
Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:
• "Contas a pagar";
• "Dividendos a pagar"; e
• "Derivativos": inclui o valor justo com saldo negativo da entidade dos derivativos que não fazem parte do hedge accounting.

vi. Mensuração dos Ativos e Passivos Financeiros e Reconhecimento das Mudanças do Valor
Em geral, os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente, até prova em contrário, ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação.

Os "Empréstimos e recebíveis" são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos.
Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os incluídos na rubrica "Passivos financeiros para negociação", os quais são mensurados ao valor justo.

e) Provisão para Perdas sobre Créditos

Provisão para perdas sobre créditos - constituída para os créditos vencidos acima de 60 dias.

d) Ativo Tangível
A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de comunicação e segurança - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou o vencimento do contrato de locação.
A Santander Serviços avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do ativo tangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização seja por uso ou venda.
Uma vez identificada uma redução no valor recuperável do ativo tangível, este é ajustado até atingir o seu valor de realização através do reconhecimento contábil de uma perda por redução no seu valor recuperável registrada no resultado do exercício. Adicionalmente, o valor de depreciação do referido ativo é recalculado de forma a assegurar o valor da vida útil do bem.

e) Ativo Intangível
A mensuração do valor recuperável dos outros ativos intangíveis - cessão de direitos de usos comerciais é realizada com base no método do fluxo de caixa descontado, que tem como objetivo demonstrar a expectativa de geração de benefício econômico futuro e o valor presente dos fluxos de caixa esperados, comparado com o valor contábil, verificando se existe ou não a necessidade de registro de perda por não recuperabilidade.

f) Outros Ativos
Inclui o saldo de todos os adiantamentos e receitas provisionadas (excluindo juros provisionados), o valor líquido da diferença entre obrigações de planos de pensão e o valor dos ativos do plano de saídas em favor da entidade, caso o valor líquido deva ser divulgado no balanço patrimonial, e o valor de quaisquer outros valores e bens não incluídos em outros itens.

g) Outros Passivos
Outros passivos incluem o saldo de todas as despesas provisionadas e receitas diferidas, excluindo juros provisionados, e o valor de quaisquer outras obrigações não incluídas em outras categorias.

h) Reconhecimento de Receitas e Despesas
As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

Prestação de Serviços
• Receitas resultantes de transações ou serviços realizados ao longo de um período de tempo são reconhecidas ao longo da vida dessas transações ou desses serviços; e
• As relativas a serviços prestados em um único ato são reconhecidas quando da execução desse único ato.

i) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais
A Santander Serviços é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.
Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.
As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. Os ativos incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da Santander Serviços. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

j) Planos de Benefícios Pós-Emprego
Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pela Santander Serviços, juntamente com o Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, nos casos de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Planos de Contribuição Definida
Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual a Santander Serviços como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como "despesas com pessoal" na demonstração do resultado. Os valores ainda não contribuídos ao final de cada exercício são reconhecidos, ao seu valor presente, como "provisões - provisões para fundos de pensões e obrigações similares" no balanço patrimonial.

Planos de Benefício Definido
Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja planos de contribuição definida e estão apresentados na Nota 10.1. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

A Deliberação CVM 695, de 13 de dezembro de 2012, aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), A Deliberação CVM 695, de 13 de dezembro de 2012, aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), que trata de benefícios a empregados, em conformidade com as alterações nas Normas Internacionais de Contabilidade IAS 19. Para os planos de benefício definido, o Pronunciamento Técnico CPC 33 estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego como a remoção do mecanismo do corredor no registro da obrigação dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos juros remuneratórios dos ativos dos planos (valorização com base na taxa de desconto da obrigação atuarial).

A adoção do referido Pronunciamento se aplica aos exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo os efeitos registrados contabilmente de forma retrospectiva, como alteração de práticas contábeis. A adoção desta nova prática contábil implica, fundamentalmente, o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

Principais Definições
- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.
- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.
- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora, ou (ii) os ativos forem

5. Investimentos em Controladas e Empreendimentos em Conjunto

Controlada	Quantidade de Ações Ordinárias Possuídas (Mil)		Participação - %		Patrimônio Líquido		Lucro Líquido (Prejuízo)	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Webcasas ⁽¹⁾	24.500	24.500	100,00%	100,00%	20.502	23.972	(3.470)	(528)
Controladas em Conjunto								
Webmotors ⁽¹⁾⁽²⁾	366.182.676	366.182.676	70,00%	70,00%	225.485	210.012	31.097	20.860
TecBan ⁽⁴⁾⁽⁵⁾	743.944	781.971	19,81%	20,82%	345.309	252.566	92.743	60.859
Resultado de Equivalência Patrimonial								
Valor dos Investimentos								
	31/12/2014	31/12/2013	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013				
Controlada								
Webcasas ⁽¹⁾	20.502	23.972	(3.470)	(528)				
Controladas em Conjunto								
Webmotors ⁽¹⁾⁽²⁾	157.840	147.008	21.539	15.960				
Webmotors - Valor Justo ⁽³⁾	169.775	169.775	-	-				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais:

	Duração (em Anos)
Banesprev I	8,39
Banesprev II	9,83
Banesprev III	9,21
Banesprev IV	9,99
Sanprev II	15,69
Cabesp	13,91

f.3) Remuneração com Base em Ações

Santander Serviços, possui dois programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de ações, o Programa Global e o Programa Local. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva da Santander Serviços, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos se exercerem cargos na Diretoria Executiva.

f.3.1) Programa Local

A AGE do Banco Santander realizada em 3 de fevereiro de 2010 aprovou o Programa de Remuneração baseado em ações - Units do Banco Santander (Plano Local), composto pelo Plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP).

A AGE do Banco Santander realizada em 25 de outubro de 2011 deliberou a outorga do Plano de Incentivo de Longo Prazo (SOP 2014) - Investimento em Certificados de Depósito de Ações ("Units") para determinados administradores e empregados de nível Gerencial da Companhia e de sociedades sob seu controle.

A AGE do Banco Santander realizada em 29 de abril de 2013 aprovou o Programa de Remuneração baseado em ações do Banco Santander em Plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP 2013).

As principais características dos planos são:

Plano SOP 2014: É um plano de Opção de Compra com duração de 3 anos. O período para exercício compreende entre 30 de junho de 2014 até 30 de junho de 2016. A quantidade de Units passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da redução de um parâmetro de performance da Companhia: Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser zerada, caso não sejam atingidos os objetivos do redutor Retorno sobre Capital Ajustado pelo Risco (ROCAR), comparação entre realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração.

Plano PPS: Plano de Remuneração baseado em ações com ciclos de 3 anos, promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. O Plano tem como objeto o pagamento de Gratificação pela Companhia aos Participantes a título de Remuneração Variável, sendo que (i) 50% (cinquenta por cento) consistirão na entrega em "Units", onde as quais não poderão ser vendidas durante o prazo de 1 ano, a partir da data do exercício e (ii) 50% (cinquenta por cento) será paga em dinheiro, o qual poderá ser utilizado de forma livre pelos Participantes ("Bônus"), após as deduções de todos os tributos, encargos e retenções.

Plano PSP 2013: Plano de Remuneração baseado em ações com ciclos de 3 anos, promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. O Plano tem como objeto o pagamento de Gratificação pela Companhia aos Participantes a título de Remuneração Variável, sendo que 100% (cem por cento) consistirão na entrega em "Units".

Valor Justo e Parâmetros de Performance para Planos
Para a contabilização dos planos do Programa Local foram realizadas simulações por uma consultoria independente, baseada na metodologia Monte Carlo, de forma que apresentamos os parâmetros de desempenho para o cálculo de ações a serem concedidas a seguir. Tais parâmetros são associados às suas respectivas probabilidades de ocorrência, que são atualizadas no fechamento de cada período.

Posição RTA

	PSP 2013	SOP 2014	% de Ações Passíveis de Exercício
1º	100%	100%	50%
2º	75%	75%	35%
3º	50%	50%	25%
4º	0%	25%	0%

¹ Associado ao RTA, os 50% remanescentes de ações passíveis de exercício referem-se a realização do Lucro Líquido vs. Lucro Orçado.

² O percentual de ações determinado na posição do RTA está sujeito a um redutor de acordo com a execução do Retorno sobre o Capital Ajustado ao Risco (ROPARC).

Para a mensuração do valor justo das opções dos planos foram utilizadas as seguintes premissas:

	PSP 2013	P14 - PSP	P13 - PSP	P12 - PSP
Método de Avaliação	Binomial	Binomial	Binomial	Binomial
Volatilidade	40,00%	57,37%	57,37%	57,37%
Probabilidade de Ocorrência	60,27%	37,59%	26,97%	43,11%
Taxa Livre de Risco	11,80%	10,50%	10,50%	11,18%

Método de Avaliação Black&Scholes

Volatilidade 4,00%

Taxa de Dividendos 30,00%

Período de "Vesting" 2 anos

Momento "Médio" de Exercício 5 anos

Taxa Livre de Risco 10,50%

Probabilidade de Ocorrência 71,26%

Valor Justo para Ações R\$6,45

O preço médio das ações SANB11 no exercício de 2014 é de R\$ 15,06 (2013 - R\$14,07).

Em 2014, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R\$14 (2013 - R\$19), referentes ao plano PSP. Foi registrado também no período, perda com a oscilação do valor de mercado da ação no valor de R\$3 (2013 - ganho de R\$11) como despesas com pessoal e/ou custos dos serviços prestados.

	Preço de Exercício	Quantidade de Ações	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Período	Data do Fim do Período
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2012		31.700				
Opções Concedidas (SOP 2014)	14,31	(10.768)	2012	Executivos	26/10/11	30/06/16
Opções Concedidas (PSP 2013)		(6.800)	2013	Executivos	13/08/13	30/06/16
Opções Exercidas (P13 - PSP)		(728)	2011	Executivos	03/02/10	30/06/13
Opções Canceladas (P13 - PSP)		(1.972)	2011	Executivos	03/02/10	30/06/13
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2013		25.032				
Opções Concedidas (P14 - PSP)		500	2012	Executivos	29/05/12	30/06/14
Opções exercidas (P14 - PSP)		(661)	2012	Executivos	29/05/12	30/06/14
Opções Canceladas (P14 - PSP)		(3.639)	2012	Executivos	29/05/12	30/06/14
Opções Concedidas (PSP 2013)		(850)	2013	Executivos	13/08/13	30/06/16
Opções Canceladas (SOP 2014)	14,31	(14.232)	2012	Executivos	26/10/11	30/06/16
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2014		7.650				
PSP 2013		7.650	2013	Executivos	13/08/13	30/06/16
Total		7.650				

f.3.2) Programa Global
Política de incentivos a longo prazo

Na Reunião do Conselho de Administração do Santander Espanha, realizada em 26 de março de 2008, foi aprovada a política de incentivo a longo prazo direcionada aos executivos do Banco Santander Espanha e empresas do Grupo Santander (exceto o Banco Espanhol de Crédito, S.A. - Banesto). Essa política prevê remuneração vinculada às ações do Banco Santander Espanha de acordo com o que foi estabelecido na Assembleia Geral de Acionistas.

Dentre os planos do Banco Santander Espanha, os executivos do Conglomerado Santander no Brasil, estão contemplados no Plano de Ações Vinculadas a Objetivos: plano plurianual pago em ações do Banco Santander Espanha. Os beneficiários do plano são Diretores Executivos e outros membros da alta Administração, bem como qualquer outro grupo de executivos determinado pela Diretoria ou pelo Comitê Executivo.

Este plano envolve ciclos de três anos de entrega de ações aos beneficiários. Os primeiros dois ciclos ocorreram em julho de 2007, com o primeiro ciclo tendo duração de dois anos (P10) e os demais ciclos tendo uma duração média de 3 anos (P10/P11/P12/P13 e P14). Portanto a partir de 2009 haveria o início de um novo ciclo e o encerramento de um ciclo anterior. O objetivo é estabelecer uma sequência adequada entre o final do programa de incentivo, vinculado ao plano anterior I-06, e os sucessivos ciclos desse plano.

Para cada ciclo é estabelecido um número máximo de ações para cada beneficiário que continuou trabalhando no Grupo Santander Espanha durante o plano. Os objetivos cujo cumprimento determinou o número de ações distribuídas, são referidos pela comparação da performance do Grupo Santander Espanha em relação a um Grupo de Referência (instituições financeiras) e estão relacionados a dois parâmetros: RTA e o crescimento em Lucro/Benefício por Ação (LPA).

Cada um desses parâmetros tem 50% de peso na determinação da porcentagem de ações a serem distribuídas. O número de ações a serem distribuídas é determinado em cada um dos ciclos pelo grau de alcance das metas no terceiro aniversário do começo de cada ciclo (com exceção do primeiro ciclo, para isso será considerado o segundo aniversário).

A partir do plano P12 o objetivo que determina o número de ações está relacionado somente 1 parâmetro de performance, que tem 100% de peso na porcentagem de ações a serem distribuídas: o RTA do Grupo.

Valor justo do Plano Global
É considerado que os beneficiários não deixarão a Santander Serviços durante o prazo de cada plano. O valor justo dos 50% vinculados à posição de RTA relativo do Banco Santander foi calculado, na data de outorga, com base no laudo fornecido por avaliadores externos, elaborado a partir do modelo de avaliação Monte Carlo, realizando 10 mil simulações para determinar o RTA de cada empresa do Grupo de referência, considerando as variáveis a seguir. Os resultados (cada um representando a entrega de determinado número de ações) são classificados em ordem decrescente através do cálculo da média ponderada e descontando o valor à taxa de juros sem risco.

	P110	P111	P112	P113	P114
Volatilidade esperada	15,67%	19,31%	42,36%	49,64%	51,35%
Remuneração anual dos dividendos nos últimos 5 anos	3,24%	3,47%	4,88%	6,33%	6,06%
Taxa de juros sem risco (Título do Tesouro de cupom zero) durante o plano	4,50%	4,84%	2,04%	3,33%	4,07%

¹ Calculado com base na volatilidade histórica para o respectivo prazo (dois ou três anos). Devido à elevada correlação entre o RTA e o LPA, pode-se considerar (em uma grande parcela dos casos) extrapolar que o valor RTA é válido para o LPA. Por conseguinte, inicialmente foi determinado que o valor justo da parcela dos planos vinculados à posição de LPA relativo do Banco Santander, ou seja, os restantes 50% das opções outorgadas, é igual aos 50% correspondentes ao RTA. Essa avaliação é revisada e ajustada anualmente uma vez que se refere a condições de mercado não usuais.

	Saldo em 31/12/2013	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Período	Data do Fim do Período
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2012	1.120				
Opções Canceladas (P12)	(520)	2010	Executivos	01/07/10	31/07/13
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2013	600				
Opções Canceladas (P14)	(600)	2011	Executivos	01/07/11	31/07/14
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2014	-				

Em 2014, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R\$1 (2013 - R\$4), referente aos custos nas respectivas datas dos ciclos acima mencionados, para o total dos planos do Programa Global. As despesas relacionadas aos planos são reconhecidas em contrapartida a salários a pagar, pois são planos liquidados em dinheiro.

Os Planos não causam diluição do capital social da Santander Serviços, uma vez que são pagos em ações do Banco Santander Espanha.

11. Ativos e Passivos Fiscais
a) Imposto de Renda e Contribuição Social
O total dos encargos do exercício pode ser conciliado com o lucro contábil como segue:

	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Resultado antes da Tributação Proprieta	132.721	372.012
Juros sobre o Capital Próprio	(27.900)	(27.900)
Resultado antes da Tributação Ajustado	132.721	344.112
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 9% Respectivamente	(45.125)	(116.998)
Resultado de Participação em Controlada	12.700	7.090
Despesas Indutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	1.092	39.346
Outros Ajustes	735	(137)
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 15)	(30.598)	(70.699)
Impostos Correntes	(25.432)	(7.362)
Impostos Diferidos	(5.166)	(63.337)
Impostos Pagos no Exercício	(6.606)	(6.220)
Alíquota Efetiva	23,05%	19,00%

b) Impostos Diferidos
Os dados dos saldos das rubricas "créditos tributários diferidos" são:

	Saldo em 31/12/2013	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2014
Natureza e Origem:				
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	1.866	750	(109)	1.507
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	23.868	1.193	(894)	24.952
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	5.175	579	(3.167)	2.587
para Abono de Aposentadoria	7.331	862	-	8.193
Participações no Lucro	330	324	(401)	253
Outros Provisões e Ajustes Temporários	12.029	-	(4.890)	7.139
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	50.379	3.708	(9.461)	44.626
Créditos não Registrados	(923)	-	874	(49)
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	49.456	3.708	(8.587)	44.577

b.1) Créditos Tributários Diferidos

Natureza e Origem:
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis

Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais

Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas

para Abono de Aposentadoria

Participações no Lucro

Outros Provisões e Ajustes Temporários

Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias

Créditos não Registrados

Saldo dos Créditos Tributários Registrados

	Saldo em 31/12/2012	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2013
Natureza e Origem:				
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	1.792	986	(1.132)	1.646
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	30.092	1.341	(7.565)	23.868
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	7.109	1.687	(3.621)	5.175
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria	15.881	-	(4.550)	7.331
Participações no Lucro	381	402	(853)	330
Outros Provisões e Ajustes Temporários	10.903	1.126	-	10.029
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	66.158	5.542	(21.321)	50.379
Créditos não Registrados	(923)	-	-	(923)
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	65.235	5.542	(21.321)	49.456

¹ Refere-se a não constituição de crédito tributário sobre provisões para perdas sobre impostos a compensar com documentação em análise.

b.2) Passivos Fiscais Diferidos

	Saldo em 31/12/2012	Constituição	Saldo em 31/12/2013	Saldo em 31/12/2014
Natureza e Origem:				
Ganho de Capital em Investimento avaliado ao Valor Justo	-	57.723	57.723	-
Total dos Passivos Fiscais Diferidos	-	57.723	57.723	-

¹ Refere-se à constituição de impostos diferidos sobre a diferença entre o valor contábil do investimento na Webmotors e a avaliação ao seu valor justo, em virtude da entrada da Carsale no capital social (Nota 1.b.3).

c) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários - Diferidos

	31/12/2013			Total
	Diferenças Temporárias	IRPJ	CSLL	Registrados
2015	6.337	3.372	9.709	9.709
2016	9.534	4.522	14.056	14.056
2017	1.734	1.715	3.449	3.449
2018	1.956	704	2.660	2.660
2019	5.970	2.149	8.119	8.119
2020 a 2022	1.807	651	2.458	2.458
2023 a 2024	3.070	1.105	4.175	4.175
Total	30.408	14.218	44.626	44.577

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

12. Patrimônio Líquido
a) Capital Social
O capital social em 31 de dezembro de 2014 e 2013, totalmente subscrito e integralizado é composto por 287.470.250 mil ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas de domiciliadas no país.

b) Dividendos
Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação.

Em Reunião da Diretoria Executiva de 30 de dezembro de 2014 foi aprovado o pagamento de dividendos intercalares integralmente atribuído ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social de 2014 no montante de R\$86.964 (R\$0,30 em reais por lote de mil ações), e foram pagos a partir de fevereiro de 2015.

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 30 de abril de 2014 foi aprovado o pagamento de dividendos complementares no montante de R\$33.036 (R\$0,11 em reais por lote de mil ações) retirados da conta "Reserva para Equalização de Dividendos", relativos ao exercício social de 2013, e foram pagos a partir de 26 de fevereiro de 2015.

Em Reunião da Diretoria Executiva de 30 de dezembro de 2013 foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante bruto de R\$13.900 (R\$0,05 em reais por lote de mil ações, correspondentes a R\$0,04 líquidos do imposto de renda), relativos ao exercício social de 2013 e foram pagos a partir de 26 de fevereiro de 2014.

Em Reunião da Diretoria Executiva de 26 de julho de 2013, foram aprovados os pagamentos de: (i) dividendos complementares no montante de R\$6.138 (R\$0,02 em reais por lote de mil ações) retirados da conta de reserva para equalização de dividendos, relativos ao exercício social de 2012; (ii) dividendos intercalares no montante de R\$118.862 (R\$0,41 em reais por lote de mil ações), relativos ao exercício social de 2013 e (iii) juros sobre o capital próprio no montante bruto de R\$14.000 (R\$0,05 em reais por lote de mil ações, correspondentes a R\$0,04 líquidos do imposto de renda), relativos ao exercício social de 2013.

c) Reserva Legal
Do lucro líquido do exercício foi destinado 5% para constituição da reserva legal, limitada a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integralidade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

d) Reserva para Equalização de Dividendos
Limitada a 50% do valor do capital social, com a finalidade de garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

13. Receita Líquida de Prestação de Serviços
Segue abaixo a conciliação entre receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Receita Bruta		
Serviços com Partes Relacionadas (Nota 15&18.c)	48.712	42.920
Serviços com Terceiros (Nota 15)	67.401	50.354
Menos:		
PIS (Nota 15)	(755)	(606)
Cofins (Nota 15)	(4.644)	(3.73



Santander S.A. - Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros

CNPJ nº 52.312.907/0001-90

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Superintendente

Walter Viegas

Diretores Executivos

Erenildo Rodrigues de Oliveira

Luiz Carlos Tagliamento

Mauro Siequeroli

Reginaldo Antonio Ribeiro

Contador

Flaminio Oliveira Ferreira - CRC 1RS 067739/O-6 S-SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da

Santander S.A. – Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander S.A. – Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e

executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santander S.A. – Serviços Técnicos, Admi-

nistrativos e de Corretagem de Seguros em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Chamamos à atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a qual indica que as receitas da Sociedade estão representadas, substancialmente, por serviços prestados a partes relacionadas que fazem parte do Conglomerado Santander Brasil. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

São Paulo, 23 de março de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Gilberto Bizerra de Souza

Contador

CRC nº 1 RJ 076328/O-2